

62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM CURITIBA

DATA: 20/08/2014

HORÁRIO: 15:00 às 17:00 horas

LOCAL: Auditório da Gerência Executiva do INSS em Curitiba/PR

Rua João Negrão, 11 – 5º. andar

1. PRESENÇAS

CONSELHEIROS

Mara Regina Sfier – Presidente (INSS)

Laura Cristina Cretella Bianco – Titular (INSS)

Luciana UkaChinski Krauchuki – Suplente (INSS)

Luciane Maria Gervásio - Titular (PROCURADORIA SECCIONAL EM CURITIBA)

Eduardo Rodrigues – Titular (FETRACONSPAR)

Osvaldo da Silva Silveira – Titular (FORÇA SINDICAL)

François Gnoatto – Suplente (FAEP)

Roberto Sgrott da Silva – Titular (FIEP)

Miscila de Cassia Zeferino – Suplente (FEPASC/SENAT)

Pedro Paulo da Silva – Titular (Sindicato dos Aposentados e Pensionistas Força Sindical)

CONVIDADOS

Rogério Costanzi – (INSS)

Nilzete Aparecida de Paula Pechnicki – (INSS)

Maria Cristina Pires Mendes de Oliveira – (INSS)

Simplício Carlos Barboza – (SST)

Noely Wollner Kostin – (16ª JUNTA DE RECURSOS DO PARANÁ)

Paulo José Zanetti – (FORÇA SINDICAL)

Augusto Gottschild – (SINDNAPI)

Roberto Adermann – (SINDNAPI)

Edevirges de Oiveira – (SINDNAPI)

Zenon Balluta – (SINDNAPI)

Antonio Carlos de Matos

Mitsukan Santo

Rubens Marques

2. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná) justificou ausência por motivo de força maior.

3. ABERTURA

A Presidente do Conselho Mara Regina Sfier inicia a reunião cumprimentando a todos. Verifica a lista de presença com os conselheiros e declara a existência de quórum para a reunião do CPS.

4. APRESENTAÇÃO

Participou da reunião o Diretor do Departamento de Regime Geral da Previdência Social, Rogério Costanzi, representando o Secretário de Políticas da Previdência Social, Benedito Adalberto Brunca. O Sr. Costanzi iniciou sua exposição falando sobre a importância de estimular as reuniões do Conselho da Previdência Social (CPS) e a interação entre os conselhos nacional e regionais. Na sequência, apresentou a estrutura da Seguridade Social, composta pela Saúde, Assistência Social e Previdência Social, sendo este último o único pilar contributivo. Explicou que as formas ou modelos de financiamento, garantidos na Constituição Federal, diferenciam o Brasil de outros países e fortalecem a Seguridade Social. Esclareceu que a Previdência Social é composta pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a Previdência Privada, incluindo, nessa última opção, a Previdência Complementar. O próximo ponto tratado foi o perfil dos beneficiários do RGPS. Em 2012, eram 31 milhões de beneficiários, incluindo os benefícios assistenciais. Destes recebedores, 56% eram mulheres. Quanto a idade, a cada três beneficiários, dois estavam na faixa etária entre 60 e 70 anos. Costanzi afirmou que garantir a proteção social a todos os trabalhadores é a missão da Previdência Social. Em 2012, 71% dos trabalhadores estavam sob proteção social (considerados aqueles que recebem benefícios ou que estão trabalhando e contribuindo para a Previdência Social). A meta é fazer este número crescer. O Paraná tem cobertura previdenciária de 76%, sendo superior à média nacional. O incentivo a formalidade dos trabalhadores por conta própria, com o Plano Simplificado de Previdência Social (PSPS) e o Microempreendedor Individual (MEI), que reduziram o percentual de contribuição da categoria de 20% para até 5%, justificam o crescimento no número de contribuintes. No entanto, esse número ainda precisa ser melhorado. Entre os empregados domésticos e autônomos, a cada três trabalhadores, dois estão sem proteção social. Questionado sobre a inadimplência da categoria, Costanzi

lembrou que, neste ano, o governo começou a emitir boletos para o recolhimento da contribuição previdenciária. Mas ainda podem ser identificados dois tipos de inadimplentes. O primeiro é aquele que faz a inscrição, mas não contribui nenhuma vez. O segundo, aquele que interrompe a contribuição. No segundo caso, um dos motivos é a mudança de categoria. Quando o trabalhador assina a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), passa da categoria “trabalhador autônomo” para “empregado” e desiste de recolher como contribuinte individual. Outro aspecto apresentado por Costanzi foi que 81,9% dos idosos brasileiros são abrangidos pela proteção social (considerando aqueles que recebem benefício previdenciário ou assistencial ou aqueles inseridos no mercado de trabalho e contribuindo). Esses índices são positivos e superiores àqueles apresentados por países europeus. Ressaltou que a imprensa fala sobre o déficit sem considerar a importância social e o impacto da previdência na renda do país. Sem os benefícios da Previdência Social, haveriam 20 milhões a mais de pobres no país, sendo este número composto principalmente por idosos. Costanzi mostrou que a Previdência Social contribui para a distribuição de renda no país. Nas localidades mais pobres, a renda dos benefícios pagos representa 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do município. Foram apresentados dados de 2014 referentes aos benefícios mantidos nas cinco gerências do Paraná, que revelam que o estado acompanha as tendências nacionais, sendo 56% recebidos por mulheres. Em Curitiba, 90% dos benefícios mantidos são previdenciários, enquanto 10% são assistenciais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) prevê que até 2060, em média, a população brasileira de idosos crescerá em um milhão por ano. Ao fim da exposição de Costanzi, os conselheiros fizeram perguntas sobre o MEI, à política de desoneração da folha e a renúncia fiscal compensada. Demonstraram preocupação quando a esta política refletir negativamente no déficit da Previdência Social ou gerar oneração tributária para os trabalhadores. Questionaram sobre a aposentadoria do trabalhador rural, considerando negativa a forma atual de reconhecimento de direito, que não exige contribuição do trabalhador rural para ter direito aos benefícios, bastando comprovar a atividade. Também demonstraram preocupação com as pensões por morte, quando recebida por cônjuges jovens, que tendem a serem benefícios mantidos por vários anos, algumas vezes oriundos de instituidores com pouco tempo de contribuição ou que recebiam aposentadorias com valores altos. Foi ressaltada a importância de levar a Previdência Social para as escolas e promover uma revolução cultural, pois, hoje, o trabalhador pensa em começar a contribuir apenas quando surgem situações que o levam a requerer benefícios, como doença, maternidade, morte ou senilidade. Levantaram questionamentos quanto aos benefícios de auxílio-doença e critérios de concessão, principalmente quanto à carência e qualidade de

segurado. O crescente número de acidentes de trabalho e a falta de peritos médicos em algumas Agências da Previdência Social (APS) foram assuntos também apontados pelos conselheiros. A gerente executiva de Curitiba e presidente do CPS, Mara Sfier, informou que foi realizado concurso público, mas que muitos peritos pediram exoneração pouco tempo depois da posse, reclamando, na grande maioria, da obrigatoriedade de oito horas diárias de atendimento nas APS. Os conselheiros também fizeram reclamações quanto aos empréstimos consignados. Afirmaram que os aposentados estão superendividados. Reclamaram do comportamento das instituições financeiras, que fazem com que os aposentados assinem os contratos sem esclarecer todas as dúvidas. Por fim, a presidente do CPS informou sobre a alteração do superintendente da Regional Sul (SRIII), assumindo o cargo Amarildo Garcia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pauta definida para a próxima reunião, a ser realizada no mês de outubro, foi a Lei Complementar 142 de 2013, que regulamenta a concessão da aposentadoria da pessoa com deficiência.

6. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a presidente do plenário e deste Conselho, Mara Regina Sfier, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 62ª reunião ordinária do Conselho de Previdência Social de Curitiba. Para constar, eu, Daniela Dalbosco, lavrei a presente ata.

Curitiba, 20 de agosto de 2014.

Mara Regina Sfier

Presidente do CPS